

APRESENTAÇÃO

Maria Sylvia Simões BUENO¹

Desde os anos de 1990, a concepção de política pública vem sofrendo uma série de inflexões no Brasil, por conta do novo perfil proposto para o Estado, e recebendo o impacto da centralidade do mercado, presente no pensamento dominante. Em tal contexto, o binômio público-privado assume contornos pouco nítidos e resvala para a ênfase no denominado *terceiro setor*, onde a re-significação da idéia de parceria perde boa parte do sentido social. O viés economicista reescreve muitos conceitos importantes, dentre os quais o de cidadania e democracia, e desencadeia um processo de hibridização das políticas, que adquirem perfis inquietantes na área educacional.

Nesse quadro, nada mais oportuno do que um balanço das proposições e realizações políticas nos diferentes segmentos da área educacional, encaminhadas pelo Estado, com destaque para pesquisas realizadas ou em andamento nesse campo. Esse foi o eixo que orientou o primeiro número desta revista.

Para sua concretização, foram encomendados dois trabalhos de natureza mais abrangente que, ao analisar marcos e projetos legais, refletem sobre a questão da gestão democrática.

Naura Carapeto Ferreira enfatiza que “trabalhar juntos” não traduz, necessariamente, condições mais qualificadas de existência para todos. Empreende, a partir desta idéia — tendo por referência a LDB —, uma discussão que destaca “a importância e as responsabilidades da gestão da educação na construção coletiva e democrática das relações de trabalho e da produção qualificada das condições de existência”.

¹ Professora no Departamento de Administração e Supervisão Escolar — FFC-UNESP/Marília.

Cleiton de Oliveira, em seu minucioso artigo, focaliza a gestão da educação no Plano Nacional de Educação cotejando o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados com as duas propostas que ali deram entrada para discussão.

O dossiê foi completado com trabalhos discutidos durante o XIX Simpósio Brasileiro e I Congresso Luso-Brasileiro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), realizado com grande sucesso no final de 1999. Esse evento, de repercussão internacional, foi coordenado pela Profa. Dra. Lourdes Marcelino Machado, diretora da ANPAE – Seção São Paulo, e docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar. O alto nível e a atualidade dos trabalhos apresentados favoreceu a presente seleção, que adotou como critério a pertinência do tema e sua coerência na composição do dossiê.

O conjunto em pauta articula temáticas mais amplas, abordagens regionais e questões específicas — mas candentes —, que perpassam a discussão atual sobre as políticas públicas brasileiras.

O ensaio de Beatriz Teixeira, “baseado em resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento como tese de doutoramento na FE-USP, analisa os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental, elaborados pelo MEC, do ponto de vista do objetivo maior estabelecido pelo documento para esse nível de ensino: a formação do cidadão”. O trabalho coordenado por Dalila Andrade Oliveira (resultados parciais de pesquisa em andamento) concentra-se na análise dos impactos da reforma político-administrativa em andamento na rede pública estadual de ensino fundamental em Minas Gerais. O artigo de Silene Fontana e Aparecida Marcianinha Pinto, pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-UNESP/Marília, discute a proposta da Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo “Reorganização da trajetória escolar: classes de aceleração” exibida como inovação e questão contemporânea, confrontando-a e comparando-a com a proposta formulada por Carlos Libâneo na década de 1970. Fechando de forma brilhante a seleta de reflexões, o texto de Lizete Arelaro e Shirley Silva detêm-se sobre as

políticas engendradas para “um dos segmento mais afetados pela falta de compromisso do poder público com a educação do povo”: a educação especial. O projeto educacional denominado “educação inclusiva” é dissecado pelo olhar crítico das pesquisadoras e objeto de inúmeros questionamentos.

O dossiê *Políticas Públicas*, em seu conjunto e em cada aspecto que destaca, contribui não apenas para compor o perfil que tais políticas assumem no cenário nacional, mas também para iniciar um debate que exponha suas contradições e encaminhe a superação de um quadro superlativo nas cores e tintas e vazio de significado no que anuncia como mensagem: a construção de uma sociedade igualitária.